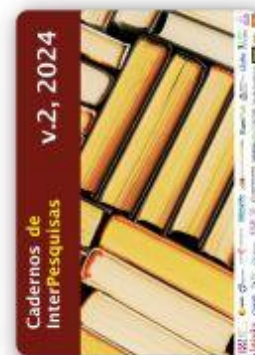


Artigo:

Intersecções necessárias: teoria da história, história das mulheres e ensino de história

*Necessary intersections: theory of history, women's
history, and history teaching*

*Intersecciones necesarias: teoría de la historia,
historia de las mujeres y enseñanza de la historia*



CLEMENTE, A. C. C.

Ana Clara do Carmo Clemente

Graduanda em Licenciatura em História pela
Universidade Católica de Petrópolis (UCP).
anacc.hist@gmail.com

Resumo:

Este artigo busca fazer uma análise aprofundada das relações existentes entre a teoria da história, história das mulheres e o ensino de história. Para tanto, o texto oferece uma síntese acerca dos paradigmas historiográficos como o positivismo, historicismo e o materialismo histórico, além da escola dos Annales, relacionando como as mulheres foram invisibilizadas por seus discursos e produções. Além disso, relaciona-se tais silenciamentos para além da narrativa histórica, evidenciando uma grande contribuição desses discursos para a criação de currículos que perpetuam a exclusão da história das mulheres, fazendo deste um assunto não presente dos livros didáticos e programas educacionais. A análise proposta busca evidenciar como os discursos historiográficos predominantes contribuíram para a marginalização das experiências femininas, tratando-as como irrelevantes e secundárias, e o impacto disso no ensino de história, resultando em uma perpetuação de uma visão histórica que ignora as diferentes contribuições das mulheres. Neste sentido, este texto faz seus apontamentos e argumentações através de discussões de gênero, voltado para autoras como Joan Scott, Michelle Perrot, Natalie Zemon Davis, entre outras. Além disso, são incorporadas reflexões e discussões envolvendo a teoria da história, com José d'Assunção Barros, e no contexto educacional, para se pensar uma acerca das narrativas na sala de aula e suas relações com a teoria da história, as reflexões com Walter Benjamin são propostas.

Palavras-chave: Teoria da História. História das Mulheres. Ensino de História.

Cadernos de InterPesquisas
Educare et Sabere, Curitiba, Brasil
e-ISSN: 2965-3134
Periodicidade: Fluxo Contínuo
v.2, 2024

URL: <https://esabere.com/index.php/cadips>



Este trabalho está sob Licença Creative Commons 4.0 Internacional
Copyright (c) do(s) Autor(es)

CLEMENTE, A. C. C. Intersecções necessárias: teoria da história, história das mulheres e ensino de história. **Cadernos de InterPesquisas**, v.2, p.294-319, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14043013>

Abstract:

This article aims to conduct an in-depth analysis of the relationships between the theory of history, women's history, and history teaching. To this end, the text offers a synthesis of historiographical paradigms such as positivism, historicism, and historical materialism, as well as the Annales School, exploring how women were rendered invisible by their discourses and productions. Additionally, it relates these silences beyond historical narratives, highlighting the significant contribution of these discourses to the creation of curricula that perpetuate the exclusion of women's history, making it an absent topic in textbooks and educational programs. The proposed analysis seeks to demonstrate how predominant historiographical discourses have contributed to the marginalization of women's experiences, treating them as irrelevant and secondary, and the impact of this on history teaching, resulting in the perpetuation of a historical perspective that ignores the diverse contributions of women. In this regard, the text provides insights and arguments through gender discussions, drawing on authors such as Joan Scott, Michelle Perrot, and Natalie Zemon Davis, among others. Additionally, reflections and discussions involving the theory of history, with José d'Assunção Barros, are incorporated, and in the educational context, to consider narratives in the classroom and their relationship with the theory of history, reflections with Walter Benjamin are proposed.

Keywords: Theory of History; Women's History; History Teaching.

Resumen:

Este artículo busca realizar un análisis profundo de las relaciones existentes entre la teoría de la historia, la historia de las mujeres y la enseñanza de la historia. Para ello, el texto ofrece una síntesis de los paradigmas historiográficos como el positivismo, el historicismo y el materialismo histórico, además de la escuela de los Annales, relacionando cómo las mujeres fueron invisibilizadas por sus discursos y producciones. Además, se relacionan estos silenciamientos más allá de la narrativa histórica, destacando una gran contribución de estos discursos a la creación de currículos que perpetúan la exclusión de la historia de las mujeres, convirtiéndolo en un tema ausente en los libros de texto y programas educativos. El análisis propuesto busca evidenciar cómo los discursos historiográficos predominantes han contribuido a la marginación de las experiencias femeninas, tratándolas como irrelevantes y secundarias, y el impacto de esto en la enseñanza de la historia, resultando en una perpetuación de una visión histórica que ignora las diferentes contribuciones de las mujeres. En este sentido, el texto realiza sus apuntes y argumentaciones a través de discusiones de género, apoyándose en autoras como Joan Scott, Michelle Perrot, Natalie Zemon Davis, entre otras. Además, se incorporan reflexiones y discusiones que involucran la teoría de la historia, con José d'Assunção Barros, y en el contexto educativo, para pensar en las narrativas en el aula y sus relaciones con la teoría de la historia, se proponen reflexiones con Walter Benjamin.

Palabras clave: Teoría de la Historia; Historia de las Mujeres; Enseñanza de la Historia.

INTRODUCTION

A historiografia oficial ocultou as mulheres por muito tempo, as negando o papel de produtoras e sujeitos históricos. Isso reverberou no ensino de história, onde, ironicamente, grande parte de seus profissionais são mulheres. Com isso, em alguns casos, elas precisam ministrar suas aulas através de materiais com pensamentos patriarcais, que silenciam e oprimem suas histórias. Joan Scott, historiadora norte-americana, discorre sobre a importância de gênero ser uma categoria útil para análise histórica (1989), mas o que se pode ser encontrado em universidades, livros, salas de aula, currículos, entre outros, é o descaso com a história das mulheres e suas vivências sendo ignoradas.

O campo da história era amplamente dominado por homens durante o século XIX. A construção da disciplina de história, seus textos e suas abordagens foram desenvolvidos por homens, buscando reverberar um pensamento que os colocassem como principais na história. Foi apenas no século XX que as mulheres começaram a entrar mais significativamente nas disciplinas acadêmicas de história e, ainda assim, a invisibilidade de produções feitas por elas na historiografia continua persistente. Dentro de currículos de estudo, livros e da mentalidade de parte dos historiadores, quando pensam em nomes canônicos de referência que marcaram a historiografia dificilmente surge um nome feminino. E isso é reflexo de uma sociedade que apagava e invisibilizava de toda forma possível as produções e discussões fomentadas por mulheres, reforçando a ausência delas na produção historiográfica e em discussões importantes. O que se observa é que a historiografia é voltada ao estudo dos repertórios canônicos masculinos, suas grandes produções e feitos, além de instituições acadêmicas que não apenas vetaram a participação feminina até certo

momento, mas também não as incluíam em seus debates – mesmo com elas já inseridas em seus ambientes. E na atualidade, quando temos novas obras de síntese e coletâneas sobre a vida e discussões de historiadores, existe uma predominância masculina, como no exemplo que se segue:

Recentemente, Daniel Woolf (2014) propôs uma história do pensamento histórico e da escrita da história a partir de uma perspectiva global e transnacional capaz de dar conta de “modos alternativos de historicidade” para além dos modelos dominantes ocidentais. É curioso observar que, a despeito de todas as inegáveis virtudes do projeto quanto a se mostrar explicitamente “inclusivo” em seu esforço por abordar as historiografias indiana, chinesa, mongol e islâmica, a história global da historiografia de Woolf reproduza o silêncio tradicional quanto às contribuições outras que não sejam as dos nomes e obras de autoria masculina. Ao longo de mais de 600 páginas, em *Uma História global da história* encontramos uma “caixa” à margem do corpo do texto principal sobre “as mulheres e a história na Europa renascentista” e três páginas apenas dedicadas à “História das mulheres e gênero, do século XIX ao presente”, no capítulo final do livro (Oliveira, 2018, p. 109).

O artigo que se segue explora através da teoria da história a construção de narrativas a partir do século XIX, as quais, junto dos paradigmas e escolas, influenciaram na construção da história como disciplina e favoreceram para um silenciamento de produções e histórias femininas. A partir disso, discorre-se também sobre como esses discursos chegaram nas salas de aula, lugares de extrema importância, onde, segundo Marc Ferro “a imagem que fazemos de outros povos, e de nós mesmos, está associada à História que nos ensinaram quando éramos crianças” (1983, p. 11).

UMA ANÁLISE DA TEORIA DA HISTÓRIA A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO

A teoria da história é um campo vasto, sendo fundamental para a formação de um historiador e de sua pesquisa. É voltada para a compreensão de noções fundamentais na história, como de espaço, tempo e memória, além dos conceitos, hipóteses e da produção historiográfica.

A “Teoria”, enfim, se desenrola a partir de um padrão discursivo, argumentativo, no qual vamos a cada novo momento encaixando uma coisa na outra ou interconectando pensamentos, ao mesmo tempo em que buscamos demonstrar esses pensamentos passo a passo – seja a partir da comprovação de informações através dos materiais e impressões que temos à disposição, seja a partir de inferências que podemos estabelecer a partir desses mesmos materiais ou de consequências dos próprios pensamentos que formulamos antes (Barros, 2013, p. 53).

O conhecimento sobre os paradigmas da historiografia, também fazem parte da teoria da história. O positivismo, historicismo, materialismo histórico e as escolas, como a dos Annales, a escocesa ou a marxista inglesa se enquadram nas correntes teóricas disponíveis para os historiadores. Um paradigma pode ser definido como um “conjunto de crenças, valores e técnicas comuns a um grupo que pratica um mesmo tipo de conhecimento.” (Kuhn, 1962 apud Barros, 2013, p. 171). Já uma escola histórica pode ser definida como uma corrente de pensamento, havendo “um certo padrão ou linguagem comum” (Barros, 2013, p. 168).

Sendo assim, a teoria da história funciona como um meio para a formulação de perguntas na história, seja através de diferentes conceitos, paradigmas ou escolas históricas, a teoria fornece possíveis caminhos para se analisar a história e/ou a

historiografia. Também é importante ressaltar as possibilidades de compreensão acerca de saberes e poderes na teoria.

Nem sempre a teoria é utilizada para encaminhar o exercício de um poder, mas não deixa de ser interessante refletir sobre o fato de que, através da teoria, pode ser estabelecido um veículo de mediação entre “saber” e “poder”. Um historiador ou antropólogo que trabalhe com questões relacionadas a identidades, memória, sistemas de dominação, esclarecimento (ou ocultamento) de relações sociais ou políticas, ou inúmeras outras temáticas, também pode estar se inscrevendo numa rede de poderes e saberes” (Idem, p. 55).

Portanto, a teoria não necessariamente exerce um poder, e sim pode vir a ser um meio de ligação entre os saberes e os poderes, sendo assim, a teoria, em suas diferentes características, como os paradigmas ou escolas históricas, pode narrar, influenciar ou moldar práticas e estruturas de poder acerca do entendimento de uma realidade e seu período histórico. E as discussões que se seguem estão relacionadas com isso. Através de uma síntese das principais características de três paradigmas já citados e especificamente de uma escola histórica, a dos Annales, discorre-se, através da perspectiva de gênero, sobre como as características desses movimentos se entrelaçam com um entendimento acerca do poder que tiveram na constituição da história não apenas como um campo disciplinar, mas também na construção da história das mulheres e em sua invisibilidade como produtoras da história e de saberes.

a) Positivismo

O paradigma positivista, projetado por Auguste Comte no século XIX na França, herda características do Iluminismo. A partir disso, suas principais

características se constroem ao redor de um ideal cientificista, buscando a aproximação das ciências humanas das naturais, uma procura por verdades absolutas, o conservadorismo, afastando possíveis posturas revolucionárias e projetando a continuidade do poder da burguesia, além de sua objetividade, com uma perspectiva generalizante e a neutralidade. O positivismo também resgatou o ideal de progresso, identificando uma sociedade com avanços em diferentes esferas e acrescentou o conceito de ordem, visando uma sociedade estabilizada, quando, na verdade, “seu objetivo será a “conciliação de classes”, maneira de acobertar, para utilizar a expressão marxista, a “dominação de classe” empreendida pelas classes industriais” (Idem, 2011, p. 91), fato que reafirma o ideal de manter as classes dominantes no poder, sem ascensão das outras classes ou progressos nas relações sociais. Comte também desenvolveu no positivismo a busca por leis gerais que seriam capazes de fazer a sociedade se desenvolver e progredir até uma sociedade positivista, que seria a ideal. Tais leis basicamente se dividem em: estado teológico, metafísico e científico/positivo, onde Comte especula sobre o desenvolvimento da humanidade e seu progresso através da história.

Com isso, o positivismo mostrou-se influente em várias esferas sociais, como, por exemplo, nos discursos sobre as mulheres e os tratamentos para com elas, e na educação, assunto que também será abordado.

Visto que podemos definir nesse paradigma a existência de uma narrativa conservadora, isso reflete no que diz respeito as suas considerações acerca das mulheres. Auguste Comte também define modelos de “conduta feminina” baseados no patriarcado, com arquétipos focados na domesticação das mulheres, afirmando que deveriam se dedicar ao marido, ao lar, aos filhos e em hipótese alguma deveriam estar no meio profissional – o que dificultaria a presença delas em discussões intelectuais na historiografia. Também podemos refletir sobre a presença feminina

em ambientes de estudos, algo que gradativamente ia acontecendo, porém seus aprendizados eram voltados apenas para tarefas domésticas ou educação dos filhos – algo que mais para frente abre portas para a inserção delas no magistério, mas sempre com preceitos retirados do patriarcado, entendendo elas como figuras que deveriam cuidar dos outros.

Sendo assim, a ordem social que o Positivismo idealizado por Comte buscava mostrou-se um agente moralizador de uma sociedade marcada pelo conservadorismo, principalmente quando se falava da figura feminina, vista apenas como esposa e mãe, presa ao lar e considerada irracional e incapaz de produzir a história, continuando assim, ausente do campo profissional intelectual-científico, da vida pública, de narrativas historiográficas e subordinada social, política e economicamente.

b) Historicismo

Surgindo na Alemanha e logo atingindo outros países da Europa, o historicismo emerge no século XIX em oposição ao positivismo. Contendo uma perspectiva mais particularizante, voltado a relatividade do objeto histórico e a subjetividade do autor, esse paradigma era guiado a contar as histórias dos “grandes feitos dos grandes homens”, tendo uma relação direta com o contexto de afirmação dos Estados Nacionais. Outro marco importante é que “qualquer época, para um historicista alemão, tinha a sua própria importância e deveria ser examinada consoante critérios a ela adequados, bem como de acordo com seus próprios valores” (Idem, p. 108).

Sendo assim, é um paradigma igualmente conservador como o positivismo, voltado para desmobilizar quaisquer posturas revolucionárias, porém, “os interesses que representa mais diretamente não serão os da burguesia industrial enquanto

classe social dominante, e sim os interesses dos grandes estados, da burocracia estatal que financia seus projetos historiográficos” (Idem, p. 107). Com isso, a nova forma de realizar a história no historicismo era baseada na recuperação de documentação alemã referente aos tempos medievais e uma nova crítica a eles, com inspiração filológica. Além disso, os historicistas mostram-se apoiadores das estruturas monárquicas e críticos da Revolução Francesa, buscando o consenso social através da ideia de nacionalismo.

Sendo a principal marca deste paradigma a representação dos interesses dos grandes Estados, o conservadorismo e frear qualquer movimento revolucionário, os acontecimentos da história nesse contexto seriam analisados a partir da visão de homens, favorecendo a invisibilidade das mulheres. O conservadorismo, assim como no positivismo, idealizava a mulher do lar, longe das produções historiográficas. Os grandes estados e suas relações políticas giravam em torno de figuras masculinas e assim eram representadas na historiografia, defendendo suas próprias histórias e se enaltecendo, sem mencionar quaisquer atividades de mulheres. E a aversão a movimentos revolucionários se relaciona com a idealização da permanência da sociedade patriarcal, freando possíveis revoluções por direitos vindo das mulheres – que já apareciam desde os séculos anteriores.

O paradigma historicista começa a sugerir a ideia de crítica como uma autoavaliação e autocrítica da própria disciplina, tendo um olhar para si e suas produções. Mas percebe-se que tais alterações e críticas não se desenvolvem voltadas para novos diálogos e inserções de narrativas na historiografia daquele período. Além disso, o relativismo histórico também se encontrava na narrativa historicista, marcando quando os escritores começam a perceber que cada historiador fala a partir de um lugar, de um ponto de vista, com particularidades e subjetividades, e com isso novas perspectivas são incluídas, mas sempre sobre os homens, mostrando assim que

os pontos de vista masculinos nem sequer pensavam em outras discussões ou possíveis aberturas para uma história das mulheres.

Análises mais recentes sobre o historicismo apontam sobre biografias escritas no século XIX que se referem “as grandes mulheres”, como menções a algumas rainhas. Mas sem reconhecimento, tais escritos também foram ignorados e retirados da história. Portanto, assim como o positivismo, o historicismo mostra-se apoiador de uma sociedade que não se importava em estudar a História das Mulheres, calando-a e entendendo as mulheres como incapazes de produzir história.

c) **Materialismo Histórico**

O positivismo e o historicismo reverberaram em um ambiente político conservador, com questões voltadas a elite. E é nesse ponto que o materialismo se diferencia desses paradigmas, pois é nele que surgem perguntas e inquietações como: “a que interesses tem servido a História e os historiadores? E, mais além, como reverter o uso da História, de modo a contribuir para que ela efetivamente sirva à vida, mesmo que afrontando os poderes constituídos?” (Idem, p. 11). E é nessa discussão que o materialismo se molda, sendo contra os interesses das elites burguesas e dominantes, entendendo que a história pode estar a serviço dos movimentos sociais, das classes operárias, dos oprimidos.

Inaugurado por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), o materialismo se discorre através dos seguintes conceitos: luta de classes, modo de produção, práxis – entendimento de que a teoria e prática são fundamentais de se trabalharem juntas em busca de uma sociedade igualitária, dialética – uma reinterpretação da dialética de Hegel, que, segundo Marx, focava no plano das ideias, do espírito, portanto, ele começa a tratar da importância da materialidade e da concreticidade nessas discussões. Conceitos como historicidade radical, revolução,

ideologia, entre alguns outros também se incluem no materialismo. A partir disso, o materialismo histórico propõe que a base econômica de uma sociedade, ou seja, a infraestrutura, determina a superestrutura, as instituições políticas, ideológicas etc.

Segundo o materialismo, a história é marcada por lutas de classes a partir das contradições entre as forças produtivas e as relações de produção. Marx argumenta que estas contradições impulsionam mudanças na sociedade, podendo levar a revoluções que mudam os modos de produção.

Para Marx e Engels, compreender a história a partir do materialismo histórico é essencial para identificar os mecanismos de exploração e opressão em uma sociedade, porém, quando se observa através da análise de gênero, esse paradigma se contradiz um pouco. Seu objetivo era validar narrativas que favorecessem os oprimidos, da luta de classes, das bases da economia. Mas o que se encontra em escritos do período não corresponde totalmente a essas características. Além da falta de discussões sobre as mulheres, não existem produções femininas acerca desse paradigma que tiveram reconhecimento. O que se encontra facilmente são escritos de Engels que retratam acerca da opressão sofrida pelas mulheres e a relação com as propriedades privadas e estruturas patriarcais. Segundo ele “a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo masculino” (Engels, 2019, p. 73). Além de:

De igual modo, o caráter particular do domínio do homem sobre a mulher na família moderna, assim como a necessidade e o modo de se estabelecer uma igualdade social efetiva entre ambos, não se manifestarão com toda a nitidez senão quando homem e mulher tiverem, por lei, direitos absolutamente iguais. Então é que se há de ver que a libertação da mulher exige, como primeira condição, a reintegração de todo o sexo feminino na indústria pública, o que, por sua vez, exige a supressão da família individual enquanto unidade econômica da sociedade (Idem, p. 82).

Ao contrário dos paradigmas anteriores, aqui temos uma breve introdução das opressões que as mulheres sofrem na sociedade, mas sem muita profundidade e sem reconhecimento de produções femininas. O materialismo trouxe as condições de trabalho das mulheres durante a revolução industrial e a exploração que elas sofreram quando conseguiram inserção nas fabricas e outras formas de trabalho, reafirmando o papel do patriarcado e das relações operárias nessa invisibilidade, porém não se mostram abordagens muito profundas.

Alguns nomes se mostram muito importantes na produção materialista, mas surgem alguns anos após a consolidação do mesmo, além da demora para serem reconhecidas, sendo elas: Clara Zetkin (1857-1933), que, utilizando o materialismo histórico, escreveu sobre a opressão sofrida pelas mulheres no contexto capitalista, relacionando a emancipação das mulheres com a luta de classes. Rosa Luxemburgo (1871-1919), seus escritos não resumem apenas sobre o gênero e opressões, teorizando também sobre o marxismo e outros assuntos da história. E assim como Zetkin, reconheceu que a opressão sofrida pelas mulheres estava relacionada com a necessidade da luta de classes. Por último, a mais atual, Angela Davis (1944), que através do materialismo histórico, analisa as relações entre feminismo, racismo e capitalismo, dialogando bastante sobre práxis. Em “Estarão as prisões obsoletas?” ela utiliza do materialismo histórico para criticar o complexo industrial-prisional, argumentando que ele serve aos interesses do capitalismo ao explorar e oprimir desproporcionalmente através de estruturas que reproduzem sexismo e racismo.

Todas essas figuras femininas utilizaram o materialismo histórico para aprofundar a compreensão da opressão feminina através da sociedade capitalista, enriquecendo o materialismo histórico com suas contribuições feministas. Porém, tais contribuições não são tão divulgadas dentro da historiografia ou discutidas.

Portanto, mesmo com o pouco reconhecimento das lutas femininas e poucas produções acerca das discussões de gênero quando o materialismo surge com Marx e Engels, as ideologias materialistas que discorrem acerca das lutas de classes e a tentativa de ouvir os oprimidos funcionou como uma base para futuras discussões importantes de gênero, sendo um fundamento importante para produções femininas que utilizaram o paradigma como base.

d) Escola dos Annales

Considerado o início de uma “História Nova”, a Escola dos Annales e sua revista *“Annales d’histoire économique et sociale”*, criticavam “a história dos grandes feitos de grandes homens – chefes militares e reis” (BURKE, 2011, p.17). A primeira geração foi tecida por Lucien Febvre e Marc Bloch, na década de 1930, contando com novas discussões e temáticas, rompendo com a história tradicional, propondo uma história mais abrangente e com novos temas, como a história das mentalidades e a comparativa, além da interdisciplinaridade e enfatizando a longa duração.

Da minha perspectiva, a mais importante contribuição do grupo dos Annales, incluindo-se as três gerações, foi expandir o campo da história por diversas áreas. O grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las. Estão também associadas à colaboração com outras ciências, ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à linguística, da economia à psicologia. Essa colaboração interdisciplinar manteve-se por mais de sessenta anos, um fenômeno sem precedentes na história das ciências sociais (Burke, 2011, p. 80).

A Escola dos Annales buscava um novo tipo de abordagem para a produção histórica. A crítica as narrativas tradicionais conservadoras, a história factual abrangendo apenas esferas políticas e econômicas, são algumas das mudanças que agregaram a historiografia, a favor dos invisibilizados na história. Mas apagamentos ainda eram recorrentes, principalmente relacionado com as mulheres, e é a partir desse contexto histórico dos Annales que temos exemplos mais concretos de produções femininas e como elas foram invisibilizadas. Como as da historiadora Lucie Varga na década de 1930, que iniciou como secretária de Lucien Febvre e logo começou a publicar textos e resenhas, inclusive na edição mais engajada dos Annales sobre o estudo da Alemanha, em 1937. Seus estudos recorrentes e análises sobre a história mostram-se muito importantes e influenciadoras na escrita de Febvre, principalmente sobre as mentalidades. Logo começa a ter instabilidades em sua vida acadêmica e pessoal, precisando parar suas produções e se refugiar, afinal, Varga era uma mulher socialista e judia no período da Segunda Guerra Mundial.

Outros nomes também se encontram na produção dos Annales, como Thérèse Sclafert, escrevendo sobre rotas medievais na primeira edição do jornal, e Renée Doehaerd também publica um ensaio na revista, já em 1947. Dentro da própria revista dos Annales, em 1986, um artigo coletivo foi publicado por mulheres retratando o descaso com a produção feminina, elas afirmam que “escolher para isto esta revista, os *Annales*, não decorre do acaso, nem mesmo do desejo de demarcar uma publicação que, sem ignorar a história das mulheres, não lhe tem concedido um grande espaço” (2001, p. 8).¹ Nele se encontram discussões e reflexões acerca da

¹ Michelle Perrot, Arlette Farge, Cécile Dauphin, Christiane Klapisch-Zuber, Rose-Marie Lagrave, Geneviève Fraisse, Pauline Schmitt-Pantel, Yannick Ripa, Pierrette Pézerat, Danièle Voldman. “Culture et pouvoir des femmes: essai d’historiographie”. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 41^e année, N. 2, 1986. pp. 271-293. Esse texto foi traduzido para o português por Rachel Soihet, Rosana M.

dominação masculina e as opressões sofridas pelas mulheres, onde afirmam que “nomear, identificar, quantificar a presença das mulheres nos lugares, nas instancias, nos papéis que lhe são próprios, aparece como uma etapa necessária, um justo retorno das coisas” (Idem, p. 10). Outras mulheres são citadas no artigo, divulgando suas diferentes contribuições e escritos para a história, entre elas: Martine Segalen (1980), Bonnie Smith (1981) e Marie-Elisabeth Handmann (1983).

A partir da análise dos *Annales*, percebemos que neste contém um número maior de produção feminina, com as mulheres ganhando espaço na produção, nas discussões e nas esferas intelectuais.

A partir da constatação de negação e de esquecimento, a história das mulheres toma seu impulso em 1970, apoiada na explosão do feminismo e articulada ao crescimento da antropologia e da história das mentalidades, incorporando as contribuições da história social e dos aportes das novas pesquisas sobre memória popular. [...] Com esse impulso, as universidades abrem-se aos grupos de pesquisas, reconhecendo seu valor, encorajando trabalhos e temas (Idem, p. 8).

Porém, continuam sendo produções que, mesmo influenciando a consolidação da historiografia, não fazem parte dos planos de aula e continuam sendo esquecidas na produção do conhecimento histórico.

e) Uma síntese acerca das discussões anteriores

O saber histórico, assim como a sociedade, possui uma historicidade. E sendo assim, cada escrito equivale aos problemas e questionamentos que um historiador

Alves e Suely Gomes Costa e publicado na revista *GÊNERO*. Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG V.2-N. 1. Niterói: EdUFF, 2001, p. 7-30.

considera importante de retratar em dado momento. A partir das análises, vimos que, por muito tempo, a História das Mulheres, seus cotidianos, produções e opressões não foram julgadas pertinentes para a construção do saber histórico, ficando ausentes de discussões e produções.

Os paradigmas da teoria da história servem não apenas para apontar sobre o feito historiográfico, mas também sobre a sociedade ao qual está inserido, seus valores e ideais. Quando os relacionamos com a História das Mulheres, percebemos como todos eles se encontram, de alguma forma, através da invisibilização das mulheres, as excluindo do exercício da cidadania, do corpo político e da intelectualidade. Sua limitação ao ambiente doméstico tornava seus cotidianos desinteressantes para a historiografia, além disso, não estavam inseridas no meio dos feitos masculinos.

Ainda no século XIX, movimentos começam a surgir voltados para maior participação das mulheres nas esferas sociais. É importante frisar que elas não ficaram estagnadas em boa parte dos momentos que foram oprimidas, elas buscaram seus direitos através de movimentos, lutas e escritos, datados anteriormente ao século XIX, como Olympe de Gouges (1748-1793) e Mary Wollstonecraft (1759-1797). Porém, a realização dessas lutas torna-se um progresso que ocorre lentamente, com a inserção delas no magistério, nas fábricas, na produção historiográfica e outros locais. E mesmo com todas essas integrações, continuam sendo caladas, marginalizadas, com salários desiguais aos dos homens e, ao que se refere a produção historiográfica, com escritos publicados, mas sem divulgações e sem serem entendidas como importantes.

Através da análise desses paradigmas e escolas pela perspectiva de gênero, podemos reconhecer que as mulheres foram caladas na disciplina histórica, existindo

uma relação de poderes, onde os homens estavam no controle da produção histórica, até porque:

Em hipótese alguma as mulheres de classe média com nada a seu favor além de cérebro e caráter poderiam ter feito parte de qualquer um dos grandes movimentos que, todos reunidos, constituem a visão do historiador sobre o passado (Woolf, 2014, p. 68).

E:

Além disso, o gênero enquanto categoria de análise teria a vantagem de propor uma transformação dos paradigmas do conhecimento tradicional, não apenas acrescentando novos temas, mas também impondo “um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente” (Torrão, 2005, p. 129-130).

Tais reconhecimentos são de extrema importância ao pensarmos as reverberações desses controles e na atualidade desses silenciamentos, que acabaram nos planos de aula, nos livros didáticos e currículos educacionais, ou seja, a construção da disciplina foi feita através de repertórios focados em homens, europeus e brancos. É essa discussão que se encontra no próximo tópico.

A INVISIBILIDADE DA HISTÓRIA DAS MULHERES NO ENSINO DE HISTÓRIA

Como visto, o fazer historiográfico foi restringido por muito tempo. Com isso, as discussões que estavam nos livros eram voltadas para os interesses masculinos, e as discussões de gênero não se enquadravam.

A história contada por uma sociedade, tem relação direta com seus acontecimentos políticos, econômicos e outros fatores. Isso também se reflete em sala

de aula, onde as ideologias dominantes podem influenciar os livros didáticos, planos de aula etc., e, com isso, silenciamentos ocorrem e narrativas são criadas para favorecer ou mascarar certos acontecimentos. Segundo Marc Ferro:

Hoje já está em tempo de se colocarem frente a frente todas essas representações porque, com a ampliação do mundo, sua unificação econômica e fragmentação política, o passado das sociedades é mais do que nunca um dos alvos do confronto entre Estados e Nações, entre culturas e etnias. Controlar o passado ajuda a dominar o presente e a legitimar tanto as dominações como as rebeldias. Ora, são os poderes dominantes Estados, Igrejas, partidos políticos ou interesses privados que possuem ou financiam livros didáticos ou histórias em quadrinhos, filmes e programas de televisão. Cada vez mais eles entregam a cada um e a todos um passado uniforme. E surge a revolta entre aqueles cuja história é “proibida” (1983, p. 11).

Sendo assim, a relação entre o ensino de história e a classe dominante que está ao poder seria algo notório. E, além disso, podemos pensar sobre como essas relações também aconteciam – e acontecem, junto com a predominância das narrativas dos paradigmas historiográficos. A história tradicional é diretamente relacionada com os paradigmas mais conservadores – positivismo e historicismo. Seus estudos, voltados para os grandes personagens, geram um ensino de história factual, objetiva, numa linha do tempo linear. Já a história nova, surge com a Escola dos Annales, com novas discussões e fontes integradas a história. Em tese, todos os homens, mulheres, povos e culturas são sujeitos possíveis de serem estudados. Mas essa “nova história” não reverbera tanto no ensino de história e na construção de seus instrumentos de aula.

Em suas “Teses sobre o conceito de história” (Löwy, 2005), Walter Benjamin (1892-1940) critica veemente diferentes características das abordagens mais conservadoras, como na tese XIII, afirmando que “a representação de um progresso do gênero humano na história é inseparável da representação do avanço dessa

história percorrendo um tempo homogêneo e vazio” (Idem, p. 116). Ou na XVI, com: “o historicista arma a imagem “eterna” do passado” (Idem, p. 128) e na XVII:

O historicismo culmina legitimamente na história universal. Em seu método, a historiografia materialista se distancia dela talvez mais radicalmente que de qualquer outra. A história universal não tem qualquer armação teórica. Seu procedimento é aditivo. Ela utiliza a massa dos fatos, para com eles preencher o tempo homogêneo e vazio (Idem, p. 130).

Sendo assim, a narração histórica conservadora ao chegar no ensino no século XIX, buscou junto com seus ideais da existência de uma linearidade, objetividade, neutralidade, uma história factual e voltada para a memorização, comprovar seus posicionamentos e continuar favorecendo as elites dominantes, os vencedores e oprimindo outros grupos ao não darem espaço para essas outras discussões, como a História das Mulheres, havendo assim, uma hierarquização da importância de certos acontecimentos a serem retratados. Em sua tese III, Benjamin diz que “o cronista que narra profusamente os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva com isso a verdade de que nada do que alguma vez aconteceu pode ser dado por perdido para a história” (Idem, p. 54). Ou seja, a experiência humana por completa é passível de ser estudada, compreendida. O que é ignorado na historiografia oficial, nos livros didáticos, os assuntos considerados como “pequenos” são importantes da mesma forma que outras discussões, merecendo seus lugares como seres históricos a serem estudados.

Isso se vale a respeito do tema tratado em maior parte deste artigo: a história das mulheres. Pensando no ensino de história no Brasil, a demora da inclusão delas na historiografia, em livros didáticos e sala de aula ocorreu – e ainda ocorre. Em diferentes análises da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), PNLD

(Programa Nacional do Livro Didático), da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e dos livros didáticos, encontram-se não apenas características de uma narrativa positivista e historicista, ligada aos ideais do Estado, onde ele “está sempre presente na existência do livro didático: interfere indiretamente na elaboração dos conteúdos escolares veiculados por ele e posteriormente estabelece critérios para avaliá-lo” (Bittencourt, 2011, p. 301), mas reverberam também os silêncios por tais em uma perspectiva masculina. Sendo assim:

Nas análises dos livros de história lamentavelmente revela o que nos propomos a desconstruir e romper: a invisibilidade da mulher. Nesse movimento da construção da visibilidade da mulher e de desautorização e deslegitimação das narrativas estabelecidas, ganha centralidade a contestação às posições essencialistas e ahistóricas sobre a “natureza” feminina e masculina. Numa perspectiva que privilegia o papel da linguagem e do simbólico na construção e produção das identidades sexuais e sociais, temos que interrogar e questionar os discursos que nos tentam fixar identidades particulares, supostamente ligadas ao destino ou a natureza. É importante colocar no próprio centro do estudo da história uma visão que destaque o papel da linguagem e do discurso na produção de subjetividades particulares e identifique suas conexões com desejos e vontades de poder – de indivíduos e grupos particulares (Tedeschi, 2006 p. 4).

É central a necessidade de repensar uma perspectiva que conteste os valores patriarcais subscritos no ensino de história, construídos também através de preceitos que as oprimiam. Análises dos currículos existentes gera o entendimento de como as perspectivas femininas são excluídas e uma crítica a esses silenciamentos presentes seria algo fundamental para uma mudança nesses meios.

Certamente, novos olhares chegaram ao ensino de história, porém, ainda há a implicação da existência de sujeitos considerados mais importantes na mesma. Em muitas produções, a História das Mulheres e de seus feitos ocupam pequenos

espaços nos livros didáticos, como se fosse algo extra, dando a entender que elas estavam ali, mas seus feitos não eram tão importantes para a formação da sociedade.

Voltando às contribuições de Walter Benjamin, em sua tese VII ele utiliza do conceito de se “escovar a história a contrapelo”, essa é uma ideia de muita importância quando pensamos no ensino de história. Dessa forma, as narrativas dos vencidos seriam desestabilizadas, fazendo com que os oprimidos também se encontrem presentes no ensino de história, nessa discussão, especificamente, as mulheres.

Marca-se, portanto, a necessidade de uma renovação no ensino que muitas vezes é pautado apenas na memorização, na história factual, produzida por homens brancos e europeus. É uma tarefa difícil, visto que o Estado interfere diretamente nos livros didáticos e currículos, mas são discussões que podem e devem ser acrescentadas em sala de aula, principalmente quando já temos obras femininas para serem usadas como base que focam nas diferentes particularidades femininas e seus recortes, como *A História das mulheres no Brasil (1997)*, organizada por Mary Del Priore, *Nova história das mulheres no Brasil (2012)*, organizada por Joana Maria Pedro e Carla Pinsky e diversas outras produções, como artigos, teses, etc. que dão importância para a existência feminina da história.

Sendo assim, esse espaço, marcado pela opressão e pelo silenciamento, pode também vir a ser um espaço de mudança através de um ensino a contrapelo, um ensino que escute as mulheres e reconheça a importância de suas vivências, produções e conhecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do discurso de um historiador está de acordo com o lugar social ao qual ele está inserido, como apontou Michel de Certeau em *A escrita da história* (1982). Isso possibilita alguns discursos, porém limita outros. Ao longo da história, a produção dela estava em um lugar social onde era limitada a ser feita por homens, brancos e europeus, falando sobre si mesmos e vangloriando seus feitos e de seus Estados. Assim sendo, a produção da história foi cercada de opressão e preconceitos.

As análises dos paradigmas e escolas historiográficas não dizem apenas sobre como a produção historiográfica foi e é feita. Ditam também sobre a sociedade ao qual foram criados e desenvolvidos e quais discussões entendiam como importantes ou não. Seus diferentes discursos e abordagens influenciaram as produções historiográficas, as relações sociais, econômicas e o ensino. Produziram regras, protagonismos e silenciamentos.

Numa obra clássica, *O segundo sexo*, publicada em 1949, Simone de Beauvoir fez uma observação fundamental: as mulheres não tinham história, não podendo, conseqüentemente, orgulharem-se de si próprias. [...] Beauvoir sabia que o território do historiador manteve-se, durante muito tempo, exclusividade de um só sexo. Paisagem marcada por espaços onde os homens exerciam seu poder e seus conflitos, empurrando para fora destes limites os lugares femininos. [...] Sobre este solo de história, as mulheres, de forma precária, tornaram-se herdeiras de um presente sem passado, de um passado decomposto, disperso, confuso (Del Priore, 1998, p. 217).

Esses discursos reverberaram principalmente na educação. A falta de inclusão das mulheres no passado, gera um apagamento até a atualidade nos currículos e planos de aulas.

Trata-se, portanto, de um caso exemplar de esquecimento e apagamento da produção intelectual feminina da memória disciplinar, ou seja, do próprio ordenamento narrativo em que se baseia a identidade da disciplina histórica, constituída através de um corpo canônico de textos de autoria masculina cuja autoridade é assegurada não apenas por mecanismos de reconhecimento e consagração entre os próprios historiadores profissionais, mas também por meio do ensino e da difusão pública (Oliveira, 2018, p. 126-127).

Com a expansão da historiografia, ocorrida após a criação da Escola dos Annales, houve também uma expansão de temas, métodos, análises, críticas e questões, revertendo assim, uma historiografia somente de homens. Um maior número de produções femininas começou a existir, mas o reconhecimento continua sendo uma luta atual. Nas escolas, mesmo com os entendimentos acerca da igualdade de gênero, os estudos se mantêm voltados para feitos masculinos. Para reverter isso, é preciso da inserção das perspectivas e produções femininas nas escolas, nas universidades, em seus currículos e materiais didáticos, além do fomento a pesquisas e condições de trabalho para os professores, figuras importantes para essa mudança no ensino de história. Com isso, não apenas a importância do passado das mulheres seria finalmente incluída, mas também sua reverberação acerca das discussões do presente. Mary Del Priore faz o seguinte apontamento: “para que serve a história das mulheres? E a resposta viria, simples: para fazê-las existir, viver e ser” (2004, p. 9). A importância de um ensino voltado para a história das mulheres se refere a tal citação. É notar que os acontecimentos do passado estão presentes. O estudo deles é importante para a construção de uma sociedade contra o patriarcado e seus vestígios em diversas esferas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. da R. do A.; BECKER, E. L. S. **As mulheres e a historiografia**. *Disciplinarum Scientia – Ciências humanas*. Santa Maria, RS: v. 19, n. 1, p. 115-128, 2018.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História: Princípios e conceitos fundamentais**. Petrópolis: Vozes, 3ª Ed., 2013.

_____. **Teoria da História: Os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo**. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. **Teoria da História: Os paradigmas revolucionários**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CUNHA, Maria de Fátima da. **Mulher e Historiografia: da visibilidade à diferença**. In: *Hist. Ensino, Londrina*, v. 6, p. 141-161, out. 2000.

DAVIS, Natalie Zemon. **Women and the world of the "Annales"**. *History Workshop*, n. 33, 1992, p. 21-137.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres: as vozes do silêncio**. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001.

DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. LeBooks, 2019

FERRO, Marc. 1983. **A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação**. São Paulo, IBRSA.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

LÖWY, Michel. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**. São Paulo: Boitempo, 2005

MONTEIRO, Paolla Ungaretti. **(In)visibilidade das mulheres brasileiras nos livros didáticos de história do ensino médio (PNLD, 2015)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

OLIVEIRA, M. da G. de. **Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à História da historiografia**. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 11, n. 28, 2018.

PERROT, Michelle et al. **“Culture et pouvoir des femmes: essai d’historiographie”**. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 41^e année, N. 2, 1986. pp. 271-293. Esse texto foi traduzido para o português por Rachel Soihet, Rosana M. Alves e Suely Gomes Costa e publicado na revista *GÊNERO*. Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG V.2-N. 1. Niterói: EdUFF, 2001, p. 7-30.

RICON, L. C. C. História e Ensino: um ensaio a contrapelo. **Boletim do Tempo Presente**, v. 10, p. 1-9, 2021.

RICON, L. C. C. Das filosofias positivistas da história à educação histórica conservadora: Comte, Buckle e Durkheim. **REVISTA VIRTUAL EN_FIL – Encontros com a filosofia**, v. 8, p. 79-92, 2020.

SCHÖTTLER, Peter. **Lucie Varga: a central European refugee in the circle of French Annales, 1934-1941**. *History Workshop Journal*, Issue 33, p. 100-120, 1992.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017.

SMITH, Bonnie G. **Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica**. Bauru, SP: EDUSC, 2003

TEDESCHI, L. A. **O ensino da história e a invisibilidade da mulher**. Revista *Ártemis*, [S. l.], n. 4, 2006.

TORRÃO FILHO, A. **Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam**. Cadernos Pagu, n. 24, p. 127-152, jan. 2005.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

YAMASHITA, Jougi Guimarães. **Lucie Varga: a “desconhecida” historiadora dos Annales** (Artigo). In: **Café História**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/lucie-varga-e-os-annales/>. Publicado em: 3 Jul 2017. Acesso em: 25 de maio de 2024.